



## SUPERINTENDÊNCIA DE RECEITAS

**Memorando nº 351/2020/SR**

**A Senhora Procuradora Municipal Assessora Especial**

Dr. Ana Paula Flavina Silva Assis

**Assunto:** resposta memorando PROGEM: 1009/2020.

Trata-se de memorando encaminhado da Procuradoria-Geral do Município de Betim, n. 1009/2020, de 04/11/2020 do ofício recebido nº 16.353/2020, REF.: Processo de nº 1077093, proveniente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais para apresentação de defesa no prazo de 15 dias. Diante dos levantamentos apontados, passa-se aos esclarecimentos pertinentes.

De uma forma geral, nossa administração tributária tem sido considerada como atividade essencial ao funcionamento do Município, exercida por servidores de carreiras específicas fazendárias e alguns outros de recrutamento amplo, tendo recursos prioritários para a realização destas atividades, atuando até certo ponto de forma integrada com outros órgãos públicos, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, bem como com o Cartório de Imóveis de Betim.

Ao que podemos observar do conteúdo da Auditoria Interna do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a questões apontadas nos itens 1 - (Legislação tributária municipal não se encontrava consolidada e adequadamente disponibilizada); 2 - Não utilização da Plata Genérica de Valores - PGV vigente na apuração da base de cálculo do IPTU; 3 - (Inexistência de previsão legal da atividade e da



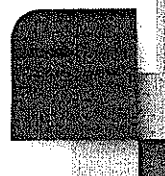
progressividade fiscal das alíquotas do IPTU), 4 - (inexistência de lei específica para regulamentação da progressividade no tempo do IPTU), 5 - (Não priorização de recursos para a administração tributária municipal) e 7 - Inexistência de planejamento e de procedimentos fiscalizatórios de maximização da arrecadação do ISSQN, 8 - Cobrança de honorários de sucumbência em sede de protesto de créditos tributários inscritos na dívida ativa.

Desde janeiro de 2017 existe Planta Genérica de Valores atualizada pelas leis municipais ns. 6288, de 26 de dezembro de 2017 e 6376, de 20 de junho de 2018 para fins do cálculo do IPTU e do ITBI.

O Cadastro Imobiliário vem sendo atualizado desde janeiro de 2017, com esforço conjunto de todo os servidores de nossas unidades fiscais internas.

Inexistência de planejamento e de procedimentos fiscalizatórios de maximização da arrecadação do ISSQN. Na questão do planejamento e dos procedimentos fiscalizatórios de maximização de arrecadação do ISSQN, temos um sistema eletrônico de emissão de nota fiscal benéfico ao fisco municipal, e em estudos de aperfeiçoamento, com vantagens de redução dos custos de impressão e armazenamento, mais facilidade em organizar e gerir os documentos fiscais, possibilidade de envio da nota fiscal por e-mail, mensagens e outros meios eletrônicos, além da emissão automática da via de recolhimento online, com redução do risco de erro e liberação de apresentação da DIEF (Declaração de Informações Econômico-Fiscais), do armazenamento dos dados do tomador de serviços no sistema.

No que se refere à cobrança de honorários de sucumbência em sede de protesto de créditos tributários inscritos na Dívida Ativa, esta





não mais pertence à Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Gestão.

O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU de 2020 foi lançado para pagamento em cota única, com desconto de 8% (oito por cento), até o dia 28 de fevereiro, com opção de pagamento parcelado, sem desconto, em 04 parcelas iguais, de valor não inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

A Prefeitura Municipal promoveu o Concurso Público para diversos cargos efetivos, inclusive o de Auditor Fiscal de Tributos Municipais, conforme Edital nº 001/2019, disponível no site: [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br), cujas provas objetivas e dissertativas foram realizadas na data do dia 01/03/2020.

Finalizando, apesar da insuficiência de recursos humanos tributários, originada dos últimos anos por gestões passadas, tem-se procurado desenvolver as atividades tributárias com eficiência, agilidade e presteza, melhorando gradativamente a arrecadação de tributos municipais próprios (ITBI, ISSQN, IPTU e TAXAS), bem como as outras receitas tributárias (ICMS e IPVA), com as atribuições desempenhadas por servidores fazendários de forma interna ou externa, sempre voltadas para uma fiscalização e arrecadação tributária municipal séria e compromissada.

O Município de Betim vem trabalhando para superar as dificuldades que os municípios mineiros vêm enfrentando, principalmente, no que se refere à crise financeira que assola o Estado de Minas Gerais.

É de conhecimento geral que na gestão passada do governo mineiro, não houve o repasse dos valores devidos, conforme determina a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.



O município de Betim apesar do grave problema financeiro e da insuficiência de servidores vem tentando e, de certa forma conseguindo, aumentar a arrecadação tributária, corrigindo a irresponsabilidade fiscal de gestões passadas.

O município de Betim não mede esforços para aumentar a arrecadação e implantar uma gestão eficiente dos recursos públicos. Apesar dos percalços, a presente gestão vem gradativamente modernizando e aparelhando o fisco municipal para que haja efetivo aumento na arrecadação.

Neste sentido, diante dos apontamentos levantados na auditoria realizada no município de Betim, os itens apontados que possuem o objetivo de propiciar melhorias em sua arrecadação, demandam um estudo aprofundado sobre o tema e um esforço conjunto dos Poderes Executivo e Legislativo para implantação das medidas.

Diante da complexidade dos apontamentos e da necessidade, na maioria deles, de aprovação de lei, haverá uma equipe, a partir do exercício de 2021 com o objetivo de reparar eventuais incorreções apontamentos pelo insigne Tribunal de Contas do Estado, de modo a implementar gradativamente as medidas adequadas.

São essas as considerações, aproveito o ensejo para renovar protestos de estima e apreço.

Betim/MG, 6 de novembro de 2020.



**LEVY BOAVENTURA**

**Superintendente de Receitas**



**GILMAR LEMOS MASCARENHAS**

**Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Gestão**

